

situação dos acostamentos, entroncamentos, pontes, existência de viadutos e túneis para acesso de veículos aos municípios e empresas, bem como estudos sobre a localização de praças de pedágio, recursos nelas arrecadados e situação de estradas vicinais que dão acesso à Rodovia e necessidade de obras de arte para locomoção de pedestres e ciclistas com segurança.

As estatísticas oficiais de morte em estradas não consideram os óbitos de pessoas que, transportadas com vida, venham a morrer em unidades de saúde existentes nos municípios. Da mesma forma, subestimam a existência de grande contingente de pessoas portadoras de sequelas e o enorme custo social e afetivo para os que perderam familiares, entes queridos e amigos em acidentes que cabe ao Poder Público evitar. Várias reuniões foram acompanhadas de relatos dramáticos de perdas de vidas humanas e de indignação com esses fatos lamentáveis, cuja repetição não pode gerar acomodação a ponto de serem considerados acontecimentos banais ou simplesmente decorrentes de eventual imperícia de condutores.

Urge adotar medidas visando à duplicação da Rodovia SP-255 em toda sua extensão e, enquanto isso não seja possível, providências urgentes para sua modernização em cada um dos trechos citados, considerando os quesitos que foram objeto de análise pela Frente Parlamentar. Nesse sentido, cabe destacar que as lideranças locais (prefeitos, vereadores, dirigentes de entidades, empresários, mídia e cidadãos em geral) têm diagnóstico preciso e compreensão dos problemas mais relevantes, devendo ser consideradas interlocutoras imprescindíveis a qualquer processo de planejamento e ação que venha a ser desencadeado pela Secretaria de Logística e Transportes, pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Artesp e concessionárias.

Com frequência, dada a falta de maquinário, de infraestrutura e de pessoal, os órgãos estaduais se socorrem dos parques recursos municipais e contam com a solidariedade de lideranças locais. Conforme diagnóstico realizado quando da elaboração da peça orçamentária no ano de 2014, houve retração de recursos próprios do Tesouro Estadual destinados ao DER, prevendo sua substituição por operações de crédito internacionais e obtidas junto a bancos públicos federais que nem sempre se realizam. Propõe-se, então, que a área econômica do governo realize análise cuidadosa da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e seguintes, evitando o contingenciamento de verbas para essa finalidade e, se possível, garantindo suplementações para início, expansão e continuidade de obras na Rodovia SP-255.

Documentos expedidos pela Frente Parlamentar com essa finalidade requereram dos órgãos estaduais envolvidos que apresentassem para a Assembleia Legislativa de São Paulo, para as autoridades e lideranças locais de municípios situados no entorno da Rodovia SP-255 os diagnósticos de que dispõem, elencando os principais problemas para cada um dos trechos identificados, as principais intervenções planejadas, as decisões já tomadas, as licitações em curso ou concluídas, metas e cronogramas de obras, recursos necessários e disponíveis – incluindo aqueles levantados nos postos de pedágio existentes nos trechos sob concessão.

Fruto da atuação de parlamentares federais, estaduais e municipais, da pressão vinda de autoridades municipais e de lideranças locais, de intensa mobilização da sociedade civil – como o “Movimento Duplica Já!” – o Governo Estadual demonstrou progressivamente que está se sensibilizando com as demandas apresentadas e que colocam a modernização da Rodovia como sendo uma de suas prioridades. A presença do Governador Geraldo Alckmin em atos oficiais realizados em algumas dessas cidades com a finalidade de anunciar medidas que contam com o apoio da Frente Parlamentar e documentos oficiais recebidos do DER no decorrer dos trabalhos da Frente Parlamentar nos dão a certeza de que mudanças estão em curso, porém em ritmo aquém do que o desejado.

Cabe dar destaque para o modo respeitoso com que a CCR - SP Vias agiu em relação às demandas da Frente Parlamentar, ao se fazer presente nas atividades para as quais foi convidada, apresentando os documentos requisitados e agindo para viabilizar a duplicação de parte do trecho urbano do município de Avaré, a partir de proposta articulada pela Prefeitura e lideranças locais, de diferentes partidos políticos, endossadas pela Frente Parlamentar. Defende-se com base nessa experiência maior transparência e participação nos processos decisórios da administração direta (Secretaria Estadual de Logística e Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem) e mais controle, por parte da população e dos órgãos de imprensa, sobre a utilização em torno do interesse público dos recursos auferidos nas praças de pedágio das rodovias estaduais.

PRINCIPAIS SUGESTÕES E PROPOSTAS

Na reunião realizada no dia 12 de março de 2015 fez-se um balanço das providências tomadas pelos órgãos estaduais desde sua formação e foram definidas prioridades para a continuidade dos trabalhos. Constataram-se poucos avanços em cada trecho da Rodovia SP-255 objeto de acompanhamento e, em decorrência, defendeu-se a continuidade da Frente Parlamentar na próxima legislatura e a intensificação de suas ações junto ao Governo do Estado de São Paulo, em especial para:

1. Solicitar e realizar audiência, urgente, com o Secretário Estadual de Logística e Transportes, o Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem e o Diretor Geral da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo com a seguinte pauta:

a) Diagnósticos oficiais disponíveis elencando os principais problemas para cada um dos trechos identificados na Rodovia SP-255, as principais intervenções planejadas, as decisões já tomadas, as licitações em curso ou concluídas, metas e cronogramas de obras, recursos necessários e disponíveis – incluindo aqueles levantados nos postos de pedágio existentes nos trechos sob concessão;

b) Entregar documentos de autoria de prefeitos, vereadores e outras lideranças locais dos municípios que sediam ou ficam no entorno da Rodovia em cada uma desses trechos contendo levantamento dos principais problemas e demandas com vistas à modernização da Rodovia SP-255, com o objetivo de torná-la mais segura;

c) Presença de representantes desses órgãos estaduais nas próximas reuniões regionais a serem organizadas pela Frente Parlamentar.

2. Identificar rodovias e estradas de menor porte existentes na região e que demandam iguais providências do Executivo Estadual, contando para tanto com apoio da Frente Parlamentar, tais como:

a) Rodovia Bráz Fortunato - SP-261, interligando Bariri e Bauri;

b) Estrada do Baixão da Serra, interligando Barra Bonita e Santa Maria da Serra, passando por Mineiros do Tietê e Dois Córregos.

3. Buscar a adesão de novos deputados estaduais e consultar os atuais componentes da Frente Parlamentar – reeleitos deputados - se aceitam continuar participando da mesma, na condição de membros ou de apoiadores;

4. Dar ênfase a ações de acompanhamento da crise econômica em curso no país, ao orçamento do Estado de São Paulo e sua execução nesse e nos próximos anos dado o risco de ocorrer contingenciamento de recursos de capital, imprescindíveis à realização das obras e demais investimentos já anunciados pelo Governador Geraldo Alckmin e sua equipe de governo, o que pode colocar em risco essas conquistas e a expansão das áreas e trechos da Rodovia SP-255 a serem beneficiados;

5. Analisar a viabilidade de, mesmo mantendo a Frente Parlamentar, constituir subcomissão junto a uma Comissão Permanente da Alesp para realizar conjuntamente esse trabalho;

6. Incentivar e intensificar a participação de órgãos de imprensa e de outros meios de comunicação nas reuniões regionais e eventos promovidos pela Frente Parlamentar.

É o relatório

(repblicado por haver saído com incorreções)

Debates

10 DE MARÇO DE 2015 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidentes: JOOJI HATO, SEBASTIÃO SANTOS, LUIZ CARLOS GONDIM, GILMACI SANTOS, ED THOMAS, DAVI ZAIA e CARLOS CEZAR
Secretária: CONSTÂNCIA FÉLIX

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Discorre sobre a terceirização do comércio informal. Combate a recorrente parada de caminhões, em pontos diversos de estradas, carregados com móveis, brinquedos ou mudas de plantas, no intuito de promover a venda avulsa e irregular de produtos, sem o devido recolhimento de impostos. Manifesta apoio ao pequeno produtor que, a seu ver, além de sofrer as inseguranças decorrentes de intempéries, também padece pela falta de incentivos.

3 - SEBASTIÃO SANTOS

Apresenta vídeo de acidente ocorrido em malha ferroviária no município de Jales. Apela ao Dnit que faça a retirada do transporte por trens de carga de áreas urbanas de São José do Rio Preto, Cedral e de Mirassol. Cita os riscos pelos quais passam as populações das cidades mencionadas.

4 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discursa sobre o agravamento da crise hídrica nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Lamenta os gastos excessivos por uma parcela da população. Dá ênfase à cobrança indevida, decorrente de passagem de ar pela tubulação, o que, de acordo com reportagem da TV Globo, tem gerado contas de água com valores abusivos. Defende o cancelamento de multas aos usuários que sofrem com esse problema. Comenta situação vivenciada por agricultores da região de Mogi das Cruzes com relação à água.

5 - SEBASTIÃO SANTOS

Assume a Presidência.

6 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. Considera que o homem é a razão do desenvolvimento. Menciona encontro ocorrido no último fim de semana, em Catanduva, para debater questões macroeconômicas. Lembra que o País sofre com a crise política e econômica, o que, a seu ver, não deve interferir no desenvolvimento do Brasil.

7 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

8 - ORLANDO MORANDO

Comenta os efeitos práticos decorrentes do que chamou de maior crise hídrica pela qual o estado de São Paulo já passou. Menciona a enchente que assola o estado do Acre. Afirma que 60% de usuários da Sabesp reduziram o consumo de água, o que tem gerado bônus nas tarifas. Lamenta que ainda ocorram desperdícios por parte da população. Destaca que o nível do Sistema Cantareira atingiu 14% de sua capacidade, após as chuvas dos últimos dias. Tece elogios ao Governo do Estado, bem como à Sabesp, por providências tomadas durante a crise da água. Considera que não houve omissão e nem falta de investimentos por parte do Executivo. Defende o uso racional da água pelos quase 22 milhões de pessoas que utilizam o líquido tratado.

9 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Reitera a necessidade, a seu ver, de uma maior fiscalização ao comércio informal. Cita os prejuízos causados aos comerciantes regularizados, em face da concorrência desleal imposta por ambulantes. Chama a atenção para os problemas enfrentados pelo pequeno produtor. Sugere a implantação de uma patrulha rural, no sentido de resguardar o patrimônio do pequeno produtor da ação de vândalos ou criminosos.

10 - HAMILTON PEREIRA

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE LUIZ CARLOS GONDIM

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h12min.

12 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min.

13 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a suspensão da sessão por 25 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h32min.

15 - ED THOMAS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h58min. Saúda o prefeito de Araçatuba, Cido Sério, presente em Plenário.

16 - CAUÊ MACRIS

Solicita a suspensão da sessão por 5 minutos, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE ED THOMAS

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h59min.

18 - DAVI ZAIA

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h14min.

19 - MILTON LEITE FILHO

Requer a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h14min.

ORDEM DO DIA

21 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h28min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados requerimentos de urgência: do deputado Davi Zaia, ao PL 41/15; e do deputado João Paulo Rillo, ao PL 259/14.

22 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h30min.

24 - DAVI ZAIA

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h41min.

Coloca em discussão o requerimento, do deputado Barros Munhoz, de urgência ao PL 272/10.

25 - BARROS MUNHOZ

Solicita a prorrogação da sessão por 02 horas e 30 minutos.

26 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Anota o pedido.

27 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o requerimento de urgência ao PL 272/10.

28 - CAMPOS MACHADO

Discute o requerimento de urgência ao PL 272/10.

29 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de prorrogação da sessão por 02 horas e 30 minutos.

30 - JOÃO PAULO RILLO

Requer verificação de votação.

31 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

32 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

33 - JOÃO PAULO RILLO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

34 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.

35 - RITA PASSOS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

36 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que registra quórum insuficiente para deliberação, ficando prejudicado o requerimento de prorrogação da sessão.

37 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a prorrogação da sessão por um minuto e por dois minutos.

38 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Anota o pedido.

39 - HAMILTON PEREIRA

Discute o requerimento de urgência ao PL 272/10 (aparteado pelo deputado Gilson de Souza).

40 - CAMPOS MACHADO

Para Questão de Ordem, indaga sobre a Ordem do Dia da sessão extraordinária convocada para hoje.

41 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Convoca sessão extraordinária, a ter início 10 minutos após o término da presente sessão.

42 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Presta esclarecimentos sobre a Ordem do Dia da sessão extraordinária.

43 - ROBERTO FELÍCIO

Discute o requerimento de urgência ao PL 272/10.

44 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Coloca em votação e declara rejeitado o pedido de prorrogação da sessão por um minuto. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária prevista para as 19 horas e 10 minutos de hoje. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Constância Félix para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, hoje quero falar sobre a fiscalização contra o comércio informal. Farei inclusive uma indicação ao Sr. Governador, para que tenha um olhar especial para essa questão.

Tenho observado que alguns comerciantes estabelecidos com lojas nas cidades pagam impostos, aluguéis, funcionários, água, energia elétrica e segurança. E quando acontece um dia especial, como o dia das crianças, aí para alguém na cidade com o caminhão cheio de brinquedos e passa a vendê-los ali.

Usei o exemplo do caminhão com brinquedos, mas o que tem ocorrido bastante são caminhões com móveis, cadeiras, mesas. Muitas vezes para um caminhão vendendo sofás. Então acho que isso não está sendo justo com aquela pessoa que leva a sério os impostos e encargos. O que eu gostaria realmente é que houvesse uma fiscalização melhor, para que isso deixasse de acontecer em nosso Estado.

Quero ressaltar também que não estou falando dos trailers - o garapeiro, o pipoqueiro, o sorveteiro. Esses comerciantes, na verdade, já fazem parte da cultura local, eles cuidam do local onde estão. Não estou falando deles. Inclusive também os artesãos, que fazem os próprios objetos.

Estou falando daquela pessoa que vem de fora e para o caminhão na cidade. Plantas também, eu tenho observado bastante. Em minha região há muitos viveiristas, e chega alguém de fora com o caminhão cheio de mudas, de coco, por exemplo. Eles colocam o caminhão ali e vendem por um preço mais em conta. Estou falando dessas pessoas, que são oportunistas.

Queremos que essas pessoas continuem fazendo isso, mas que elas recolham os impostos da mesma forma que os outros comerciantes estão fazendo. Essa seria uma indicação para uma melhor fiscalização nesse sentido.

Outro tema que tenho observado que não é comentado é o das pessoas que possuem uma pequena agricultura. São aquelas pessoas que plantam tomate, alface, em uma agricultura mais familiar.

Hoje se fala muito dos grandes produtores, daqueles produtores que produzem soja, cana. Esses produzem de forma mais industrial. Essa agricultura é importante também, mas hoje estou falando daquele produtor que produz em seu quintal - chamo de quintal porque, às vezes, é uma área pequena.

Falamos muito das indústrias e muitas vezes nos esquecemos desse pequeno produtor. Precisamos ter em nossa mesa alimentos. Não há como sobreviver sem alimento. Mesmo assim, não ouvimos falarem muito sobre os pequenos produtores, e eles sofrem muito.

Esse pequeno produtor trabalha de sol a sol. Ele levanta cedo e a preocupação dele dura o dia todo por conta do clima. Uma hora chove demais, em outra faz sol demais, em outra hora neva, enfim - dependendo da região.

O que acontece é que esse produtor está sempre muito inseguro. Muitas vezes ele está dormindo e ele ouve um barulho no quintal, o cachorro que late. Ele está sempre preocupado com a segurança. É alguém que vai lá, que rouba as coisas, rouba o que ele produz, rouba tratores, enfim. Esse produtor não tem descanso, está sempre preocupado com seu negócio.

Hoje, por falta de incentivo, percebemos que esse produtor está sumindo. Os próprios filhos não querem mais ficar na produção porque não têm esse apoio. Eles acabam se distanciando da família e indo para a cidade. Quando os idosos morrem os filhos acabam vendendo a propriedade para outra pessoa dividir isso em loteamentos.

Portanto, é um assunto importante, e voltarei a discutir sobre este tema hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Dilador Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Uebe Rezekc. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos, pelo tempo regimental.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessores que nos assistem, telespectador da TV Alesp, solicito ao pessoal da audifonia para que coloquem o vídeo de mais de um acidente na malha ferroviária na Região Noroeste do estado de São Paulo. Mais um acidente ocorrido, infelizmente, e desta vez na cidade de Jales. Vamos assistir.

- É exibido o vídeo.

Devido a isso, qual é o anseio da população? Tem que tirar do meio da cidade, da área urbana o transporte por trens de carga. Esses acidentes são tão contínuos que todo mês nós temos o relato de uma ocorrência igual ou pior que essa, causando, por vezes, até vítimas fatais, como houve há dois anos em São José do Rio Preto.

Hoje temos um trabalho junto ao Dnit buscando para São José do Rio Preto, Cedral e Mirassol a retirada do transporte de carga da área urbana desses municípios. Por quê? Justamente municípios como São José do Rio Preto, com 500 mil habitantes, Cedral, próximo de 20 mil habitantes, Mirassol, chegando a quase 60 mil habitantes, essas pessoas convivem dia após dia com essa insegurança. Que insegurança? Da falta de manutenção, a falta de sinalização.

Os prédios da antiga Fepasa, onde eram as estações, hoje são locais onde, infelizmente, são moradias de traficantes, de usuários de drogas, de andarilhos. A população local vive nessa contínua insegurança, principalmente no centro da cidade. E esse acidente ocorreu aonde? Na área urbana.

Então, temos que ter, por parte do ALL uma priorização sim, porque a população está morando ali. Não é mais um ou dois, mas sim milhares, milhões de pessoas.

Portanto, pedimos para que o governo federal possa priorizar a retirada dos trilhos da área urbana dessas cidades. E uma delas, que já está em andamento. Estamos esperando só a licitação do projeto executivo para a variante que vai acontecer entre Cedral, Rio Preto e Mirassol o mais breve possível. Era para fevereiro; já estamos em março. Esperamos que não passe de março essa licitação e que possamos em breve não ver mais essas composições que trafegam pela área urbana das cidades com 200 vagões carregados de sementes ou combustíveis. Há também a interferência, porque o município não tem como construir pontes ou túneis, e as pessoas são obrigadas a ficar até 40 minutos esperando esses trens se locomoverem e deixarem-nas se deslocar de um lado para o outro da cidade. Portanto, fica a nossa manifestação pedindo que o governo federal priorize, através do Dnit, essas obras pelas quais a população anseia há muitos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SDD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa crise da água do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, além de outros estados, conta agora com uma condição nova. O governo anunciou que quem fizesse economia de água iria conseguir um bônus e, posteriormente, foi estabelecido que os gastões iriam receber multas. Acho que tanto os gastões quanto as pessoas que fazem uso abusivo da água.

- Assume a Presidência o Sr. Sebastião Santos.

Mas o “Fantástico” nos apresentou uma matéria falando de uma condição nova: com a diminuição da pressão da água e com a falta de água no cano, tivemos a cobrança pelo ar. Isso já aconteceu também na nossa cidade, onde eu tinha uma conta de 170 reais que passou para 800 reais. Procurei onde estava havendo vazamento e não encontrei. Troquei canos, inclusive de rua. Agora, a situação se normalizou. Não tivemos ainda a mesma situação que aqui. Mas eu gostaria de mostrar essa matéria, que demonstra que estão cobrando pelo ar.

- É feita a exibição de vídeo.

A reportagem demonstra que não se pode cobrar essa multa. Essa cobrança, não da água, mas do ar, está acontecendo em vários lugares. É uma situação bastante delicada. A Sabesp tem que rever essa situação. Temos que corrigir toda a parte hidráulica dos bairros, que consomem, às vezes, 60% da água tratada. Isso tem que ser feito como se fosse um trabalho de guerra, de urgência urgentíssima.